

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/SAAE/2025
PROCESSO ADM Nº 283/2024

OBJETO: CONTRATAÇÕES MEDIANTE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE QUALQUER NATUREZA, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS E/OU PREPOSTOS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 061/2024/SAAE.

- Através de processo de CREDENCIAMENTO Nº 001/SAAE/2025, conforme descrições e especificações constantes neste Edital, Termo de Referência e seus anexos, as inscrições começam a ser realizadas a partir 09h00min do dia **25/03/2025**, pelo e-mail: **(cplsaaevha@gmail.com)**.
- O Edital de Credenciamento terá o prazo indeterminado enquanto houver interesse da administração e, a qualquer tempo enquanto o edital estiver aberto, os interessados poderão se credenciar, desde que atendidos os requisitos dispostos neste instrumento.

Regido pela Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.878, de 09/01/2024, e demais legislações correlatas. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do endereço eletrônico no link ou pelo e-mail: **(cplsaaevha@gmail.com)**, conforme especificado abaixo:

- www.licitanet.com.br/
- <https://vilhena.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/25/licitacoes>
- https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

PREÂMBULO:

O SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena (RO), inscrita no CNPJ 01.933.030/0001-13, por intermédio do setor de Licitações e Compras, torna público que realizará **CREDENCIAMENTO** na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal Nº 59.677/23 Regulamentação da Lei 14.133-21, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A agente de contratação, designado pela Portaria Nº 076/2024/SAAE regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio da Comissão de Contratação, do SAAE Vilhena/RO, realizará o Credenciamento mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o endereço eletrônico exclusivamente para o e-mail: (cplsaaevha@gmail.com).

O Sistema do Credenciamento estará disponível para digitação dos dados da proposta e encaminhamento da documentação necessária, a partir da publicação do Aviso de Credenciamento de acordo com legislação em vigor.

A instituição interessada no credenciamento deverá informar no Sistema, em campo próprio, que tem pleno conhecimento e atende às exigências de habilitação previstas neste Edital.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto deste Edital é **CONTRATAÇÕES MEDIANTE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE QUALQUER NATUREZA, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS E/OU PREPOSTOS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 061/2024/SAAE**, em conformidade com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência.

1.2. DO PRODECIMENTO DE CREDENCIAMENTO:

1.2.1. Credenciamento é um processo administrativo precedido de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem por meio de cadastramento no Órgão ou na entidade para executar ou fornecer o objeto quando convocados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

1.3. DA MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO:

1.3.1. O presente procedimento de chamamento público dar-se-á pela modalidade **de seleção a critério de terceiros**: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação, haja vista ser mais vantajosa para Administração Pública Indireta a garantia de maior quantidade de meios de arrecadação possível, ficando a cargo do contribuinte a escolha por qual instituição bancária realizará o pagamento de suas faturas de água e esgoto.

1.4. Credenciamento de Instituições Financeiras de qualquer natureza, autorizadas pelo Banco Central, para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores oriundos de faturas de água e esgoto e demais serviços correlatos, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências e/ou prepostos, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados pelo Serviço Autônomo de Águas e esgotos de Vilhena;

1.5. As despesas com a execução deste objeto correrão a conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos para o exercício de 2025;

1.6. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de Mercado;

1.7. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO: Tratando-se de contratação por Inexigibilidade de Licitação, através de Credenciamento, onde todas as Instituições Financeiras que atenderem aos requisitos do Edital poderão ser credenciadas, de forma não excludente, mas sim complementar, cada uma atendendo a diferentes preferências e necessidades dos usuários/consumidores, embora, de forma não obrigatória o atendimento a todas modalidades de arrecadação, o agrupamento dos itens tornar-se essencial para cada interessado credenciado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

2.1. Poderão participar deste Credenciamento as Instituições financeiras que estiverem devidamente credenciadas enviadas deverão enviar as documentos escaneados e enviados em cópia perfeitamente legível no formato PDF e em arquivo compactado (.zip ou .rar), exclusivamente para o e-mail: **(cplsaevha@gmail.com)**;

2.2. A instituição financeira responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firme e verdadeira sua proposta, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

2.3. Não poderão participar deste credenciamento:

2.3.1. A instituição financeira que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

2.3.2. A instituição financeira que se encontre impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.3. A instituição financeira que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo anexar em campo próprio do sistema e encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do credenciamento, por meio eletrônico, na forma prevista neste Edital;

3.2. O agente de contratação, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do credenciamento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos;

3.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de credenciamento;

3.4. Acolhida a impugnação contra o Edital de credenciamento, será definida e publicada nova data para realização do certame;

3.4.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no subitem 3.2 e vincularão os participantes e a Autarquia.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Do prazo de análise da documentação e apresentação das propostas:

4.1.1. O Edital de Credenciamento terá o prazo indeterminado enquanto houver interesse da administração e, a qualquer tempo enquanto o edital estiver aberto, os interessados poderão se credenciar, desde que atendidos os requisitos dispostos neste instrumento;

4.1.2. Os termos de credenciamento provenientes do presente procedimento terão PRAZO INDETERMINADO, enquanto houver disponibilidade orçamentária, observado o cumprimento da credenciada aos requisitos de habilitação previstos em edital ou termo de Referência;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

4.1.3. A vigência do termo de credenciamento será plurianual, respeitando o princípio da anualidade, sendo verificado a cada exercício a existência de créditos orçamentários vinculados ao credenciamento, sob pena de extinção do termo de credenciamento, sem qualquer ônus, quando o SAAE não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem;

4.1.4. A documentação enviada será analisada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação no órgão ou entidade contratante, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez;

4.1.5. Decorridos os prazos para a análise, caso o julgamento do pedido de credenciamento não tenha sido concluído, o agente de contratação ou da comissão de credenciamento terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para decidir;

4.1.6. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.

4.2. As instituições financeiras encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e, em conformidade com o Termo de Referência, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta constando os canais de atendimento que serão objeto do credenciamento;

4.3. No cadastramento da proposta inicial, a instituição financeira declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho de gradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei e em outras normas específicas.

4.4. A falsidade da declaração de que trata o subitem 4.2 sujeitará a instituição financeira às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

4.5. Serão disponibilizados para acesso públicos documentos que compõem a proposta das instituições financeiras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. A instituição financeira deverá enviar sua proposta mediante o e-mail: **(cplsaeevha@gmail.com)**;

5.1.1. Especificação dos Canais de Atendimentos com o respectivo valor unitário destes;

5.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a instituição financeira;

5.1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quais quer outros que incidam direta ou indiretamente a execução do Objeto;

5.1.4. Do valor máximo do Termo de Credenciamento: A soma não poderão exceder o limite máximo estimado para o exercício de 2025, sendo o valor de R\$ 1.003.397,39 (um milhão e três mil e trezentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentária em Anexo ao processo nº 283-2024;

5.1.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto do credenciamento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução Contratual;

5.1.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DO CREDENCIAMENTO:

6.1. A abertura do credenciamento dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital, com início na data de **25/03/2025 às 09:00 HRS/BR**;

6.2. O resultado e edital do credenciamento será divulgado e mantido à disposição do público, na PLATAFORMA LICTANET (<https://portal.licitanet.com.br>), no Diário Oficial do Municípios de Vilhena (<http://dov.vilhena.ro.gov.br/>), no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP.

6.3. Após o início do credenciamento, será permitido o cadastramento permanente de novos interessados.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

7.1. Para fins de habilitação para o credenciamento, deverão ser comprovados os seguintes requisitos:

1) Habilitação jurídica: (os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva):

a. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

- b. Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;
- c. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, que será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;
- f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis em que opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, ou
- g. Sociedade Anônima:** estatuto em vigor, devidamente registrado, e documento de eleição de seus administradores.

7.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista: (os documentos apresentados deverão estar em vigor na data de abertura do certame):

- a.** Cartão de CNPJ (atualizado);
- b.** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);
- c.** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);
- d.** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

- e. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21);
- f. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21);
- g. Certidão de Regularidade de Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, conforme Recomendação nº 6616/2023 do Ministério Público do Trabalho (MPT 14ª Região);
- h. Certidão de Regularidade de Contratação de Aprendizizes em conformidade o Art. 51 do Decreto Federal nº 9.579 de 22 de Novembro de 2018, conforme Recomendação nº 6616/2023 do Ministério Público do Trabalho (MPT 14ª Região).

7.1.3. Autorização para funcionamento, **expedida pelo Banco Central do Brasil** ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

7.1.4. Termo de Adesão e Declaração Unificada em documento devidamente assinado, contendo quais modalidades a Instituição Financeira fará a adesão e quais valores ofertados por modalidade (sendo no mínimo 2 modalidades), conforme modelo do Anexo I;

7.1.5. Procuração, caso o credenciamento não seja realizado pelo seu representante legal, para manifestar seu interesse em credenciar-se perante o SAAE;

7.1.6. Apresentar comprovação de boa situação financeira por meio do índice que mede a solvência das instituições financeiras, denominado Índice de Basileia, de no mínimo 8% (oito por cento), por intermédio do site <http://www3.bcb.gov.br/efddata/>. Deve ser preenchido os campos disponíveis na página mencionada acima com as seguintes informações: Base: último disponível → Tipo de Instituição: Conglomerados Prudenciais e Instituições Independentes → Tipo de Relatório: Resumo.”

7.1.7. Demais declarações pertinentes exigidas no Edital;

7.1.8. Atestados de Capacidade Técnica operacional de serviços similares prestadas para outros Entes Federativos;

7.1.8.1. Este atestado poderá ser emitido por empresas ou órgãos contratantes anteriores e deve conter informações como:

- a) Descrição do serviço prestado, especificando o tipo de atividade realizada.
- b) Período de execução, ou seja, as datas de início e término dos serviços.
- c) Quantidades e valores, quando aplicável, para demonstrar a extensão e relevância do serviço prestado.
- d) Referências sobre a qualidade da execução do serviço, evidenciando que foi cumprido conforme o esperado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

7.1.9. O agente de contratação verificará se a instituição financeira atende às condições de participação no certame, conforme previsto no item 2.3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.9. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.10. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.11. Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

7.1.12. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.13. <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

7.1.14. <https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>;

7.1.15. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>;

7.1.16. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.

7.2. Constatada a existência de sanção, a instituição financeira será reputada inabilitada, por falta de condição de participação;

7.3. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da instituição financeira de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, emitidos pela Internet, desde que possam ter sua autenticidade conferida eletronicamente, ou publicados em Órgão da Imprensa Oficial;

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7.6. Será verificado se a instituição financeira apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art.63,I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));

7.7. Será verificado se a instituição financeira apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

7.8. A instituição financeira deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

7.9. A habilitação será verificada pelo agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, até a conclusão da fase de habilitação.

7.9.1. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.9.1.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.9.1.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9.2. Na hipótese de que trata o subitem 7.9.1, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via e-mail: **(cplsaaevha@gmail.com)**;

7.9.3. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

7.9.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

7.9.5. Serão disponibilizados para acesso públicos documentos de habilitação das instituições financeiras interessadas no credenciamento;

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. DO PRAZO DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

7.11.1. O Edital de Credenciamento será por tempo indeterminado, a qualquer tempo, os interessados poderão se credenciar, desde que atendidos os requisitos dispostos neste instrumento;

7.11.2. A documentação enviada será analisada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação no órgão ou entidade contratante, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez;

7.11.3. Decorridos os prazos para a análise, caso o julgamento do pedido de credenciamento não tenha sido concluído, o agente de contratação ou da comissão de credenciamento terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para decidir;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

7.11.4. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado;

7.11.5. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste instrumento e no edital de credenciamento, bem como no que dispuser a lei específica;

7.11.6. O interessado deverá apresentar exclusivamente por meio eletrônico a documentação para avaliação pelo agente de contratação ou da comissão de credenciamento designada.

8. DOS RECURSOS:

8.1. Em caso de indeferimento da solicitação de credenciamento, caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação da decisão de indeferimento no Diário Oficial do Município de Vilhena/RO (<http://dov.vilhena.ro.gov.br/>);

8.2. O recurso deverá ser dirigido a autoridade que prolatou a decisão, sendo-lhe facultado retratar-se no prazo de 03 (três) dias úteis, caso em que poderá pedir a complementação da documentação ou esclarecimentos, sob pena de novo indeferimento;

8.3. Se a decisão recorrida for mantida, o recurso será encaminhado para julgamento da Comissão de Licitações.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a instituição financeira que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação, durante o certame;

9.1.2. Não celebrar o Termo de Credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Termo de Credenciamento, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.3.4. Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº12.846, de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

9.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às instituições financeiras participantes deste credenciamento as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurar em os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Autarquia;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. As sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade para licitar ou credenciamento poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

9.5. A sanção de impedimento de licitar e credenciamento serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e credenciamento no âmbito da Autarquia SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos do Município de Vilhena/RO pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou credenciamento, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e credenciamento, cuja duração observará o prazo previsto no art.156,§5º,daLeiFederal nº 14.133/2021;

9.7. A recusa injustificada da instituição financeira em assinar o termo de credenciamento, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no tem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

9.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e credenciamento de declaração de inidoneidade demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou credenciamento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

9.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Autarquia e à Administração Pública direta ou indireta do Município de Vilhena/RO.

10. DA FASE DE HOMOLOGAÇÃO:

10.1. Encerrada a fase de habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o agente de contratação emitirá a Certidão de Credenciamento para fins de comprovar que a instituição financeira cumpriu os requisitos previstos no edital e o procedimento da licitação (credenciamento) serão encaminhados à autoridade superior para proceder com o encerramento do procedimento, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO:

11.1. Nos termos do Decreto Municipal para a contratação do credenciado, deverá ser realizado processo de inexigibilidade de licitação, previsto no inciso IV, do art.74, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o processo observar o disposto no art.72 da referida Lei;

11.1.1. A recusa injustificada do credenciado em assinar o Termo de Credenciamento, ou em aceitar ou retirar o instrumento e equivalente no prazo estabelecido pela Autarquia caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO:

12.1. A autoridade superior poderá revogar o da licitação (credenciamento) de que trata este Edital por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados;

12.1.1. O motivo determinante para a revogação do procedimento deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

12.1.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa;

12.1.3. Na hipótese da ilegalidade de que trata o subitem 12.1 ser constatada durante a execução do Termo de Credenciamento, aplica-se o disposto no artigo 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DO DESCREDENCIAMENTO:

13.1. O pedido de descredenciamento pela instituição financeira, sem a aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do Termo de Credenciamento, sendo que, após o credenciamento, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios Termos de Credenciamentos;

13.2. O descredenciamento para toda Autarquia poderá se dar, dentre outras hipóteses escondizentes como objeto do credenciamento:

13.2.1. Por desinteresse da Autarquia no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;

13.2.2. Por descumprimento das condições mínimas do Termo de Credenciamento por parte dos credenciados;

13.2.3. Pela rescisão do Termo de Credenciamento decorrente do credenciamento por culpa do credenciado;

13.2.4. Pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e credenciamento com a Autarquia ou Declaração de Inidoneidade.

13.3. A ausência de manutenção das condições iniciais, o descumprimento das exigências previstas no Decreto Municipal, no Termo de Credenciamento ou na legislação pertinente poderá ensejar o descredenciamento do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgada no sistema da PLATAFORMA LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br>) todas as informações pertinentes a este procedimento;

14.2. Todas as referências de tempo no Edital observarão o horário de Brasília-DF;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

14.3. A instituição financeira que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitada, será credenciada no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apta a ser credenciada para executar o Objeto quando convocado;

14.4. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste edital;

14.5. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do credenciamento do interessado, especialmente para a assinatura do Termo de Credenciamento respectivo;

14.6. O credenciamento não obriga o CREDENCIADOR a credenciar;

14.7. Haverá republicação do edital, com periodicidade não superior a 24 (vinte e quatro) meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento;

14.8. As instituições financeiras interessadas neste credenciamento assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Autarquia não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo;

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem prazos sem dias de expediente na Autarquia;

14.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público;

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, endereço eletrônico <https://licitanet.com.br> e <HTTPS://transparencia.saaevilhena.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>.

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I – TERMO DE CREDENCIAMENTO;

14.12.2. ANEXO II – DECLARAÇÕES EXIGIDAS NESTE EDITAL;

14.12.3. ANEXO III – AVISO DE CREDENCIAMENTO;

14.12.4. ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 061/2024/SAAE E SEUS ANEXOS.

Vilhena – RO, 12 de Março de 2025.

Jackeline V.S. Manganaro
Agente de Contratação
Portaria nº 076/2024/SAAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

ANEXO I
TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/____

EMENTA: TERMO DE CREDENCIAMENTO ENTRE SI
CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E
ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VILHENA-RO E A
INSTITUIÇÃO _____ (Processo Admin. Nº
283/2024).

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VILHENA – SAAE, pessoa jurídica de direito público interno, constituída em Autarquia Municipal através da Lei Municipal nº 832/1997, devidamente inscrita no **CNPJ Nº 01.933.030/0001-13**, com sede na Av. Major Amarante nº 2788, CEP 76980-354, Centro, na cidade de Vilhena – RO, doravante denominado **CREDENCIADOR**, neste ato representado pelo Diretor Geral **Sr. RICARDO DE LIMA**, brasileiro, divorciado, portador do CPF nº 848.527.802-00 e RG nº 954295 SSSP/RO, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Dias, nº 568, CEP 76.980-024, Bairro Centro, Vilhena/RO, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, doravante denominada **CREDENCIADO**, neste ato representada por _____, portador do RG nº _____/SSP/____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, pactuam o presente Termo de Credenciamento que se regerá pela Lei nº 14.133/21 e Legislações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é o credenciamento da instituição financeira acima qualificada para prestação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, POR MEIO DE DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, EM SUAS agências, com prestação de contas por meio eletrônico dos valores arrecadados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento;

1.2. Não fazem parte desse objeto as arrecadações realizadas por meio da modalidade PIX ou exclusividade de disponibilidade dos recursos orçamentários, sendo vedada a Autarquia a predominância da disponibilidade de caixa em instituições financeiras de natureza privada, conforme disposto no Art. 164, § 3º da Constituição Federal de 1988;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

ITEM	CÓDIGOS		DESCRIÇÃO	MODALIDADE DE ARRECADAÇÃO DE FATURAS	UNID.	QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA (1 ANO)	PRAZO MÁXIMO DE REPASSE (em dias úteis)
	CATSER	SAAE - VILHENA					
01	13811	118416	PAGAMENTO DE TARIFAS BANCÁRIAS	Guichê Caixa	Unid.	7.908	D+2
				Correspondente Bancário e/ou Lotérica	Unid.	125.693	D+3
				Terminal de Autoatendimento Eletrônico	Unid.	185.921	D+2
				Internet Banking	Unid.	106.840	D+3
				Débito Automático	Unid.	15.188	D+2
QUANTIDADE TOTAL DE FATURAS ESTIMADA (MÁX.)						441.550	

- 1.3. Vinculam este termo de credenciamento, independentemente de transcrição;
- 1.4. O termo de Referência constantes do Procedimento de Credenciamento nº 001/2025;
- 1.5. A Certidão de Credenciamento da instituição financeira;
- 1.6. A Proposta apresentada pela instituição financeira credenciada;
- 1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

- 2.1. O Credenciamento terá o prazo indeterminado enquanto tiver publicado o Edital e houver interesse da administração e, a qualquer tempo enquanto o edital estiver aberto, os interessados poderão se credenciar, desde que atendidos os requisitos dispostos neste instrumento.
- 2.2. A vigência do termo de credenciamento será plurianual, respeitando o princípio da anualidade, sendo verificado a cada exercício a existência de créditos orçamentários vinculados ao credenciamento, sob pena de extinção do termo de credenciamento, sem qualquer ônus, quando o SAAE não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

- 3.1. O regime de execução do credenciamento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e seus anexo;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

3.1.1. FORMA, PRAZOS E MODELO DE EXECUÇÃO (Art. 18 Inciso III; Art. 40, §1º, Inciso II da Lei 14.133/21): Conforme especificado nos ITENS 11 a 11.4.1 do Termo de Referência Nº 061/2024/SAAE.

3.2. REQUISITOS DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

3.2.1. DOS REQUISITOS GERAIS: Conforme especificações relatadas nos ITENS 9.1.1 a 9.5.1 do Termo de Referência Nº 061/2024/SAAE.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO: (Item 9.2 a 9.2.2 do Termo de Referência).

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto credenciado;

4.2. Para fins do disposto no subitem anterior, não se considera subcontratação a intermediação de pagamentos realizados por Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central exclusivamente digitais, as quais não possuam agências de caixa eletrônico em sede do município de Vilhena-RO e possam ser operados tão somente por meio de aplicativos de Internet Banking;

4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS: (Item 9.3 a 9.3.2 do Termo de Referência).

4.3.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR:

5.1. Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto do presente Termo de Credenciamento Nº 001/SAAE/2025, o SAAE Serviço Autônomo de Águas e Esgotos, Vilhena/RO pagará a Instituição Financeira tarifa nas seguintes bases:

- a)** de para modalidade **guichê caixa** ou semelhante;
- b)** de para modalidade **Correspondente Bancário** e/ou **Lotéricas** ou semelhante;
- c)** de para modalidade **Terminal de Autoatendimento Eletrônico** ou semelhante;
- d)** de para modalidade **Internet Banking**;
- e)** de para modalidade **Débito Automático**; e

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado de acordo com a realização dos serviços. O Banco ou Instituição Financeira debitará em conta corrente do credenciado, conforme valores estipulado no Termo de Credenciamento e Termo de Referência Nº 061/2024/SAAE e deverá proceder nos seguintes termos:

6.2. A Instituição Financeira deverá encaminhará documento com o demonstrativo de cobrança de tarifas de cada mês, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte;

6.3. O CREDENCIADOR deverá efetuar o pagamento das tarifas pelos serviços prestados no mês anterior até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte, mediante autorização de débito de conta corrente a qual deverá estar devidamente indicada no Termo de Credenciamento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

6.4. Caso o pagamento não seja efetuado no período indicado no item anterior, o valor será corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M não podendo a instituição financeira se reservar no direito de suspender a prestação dos serviços sem prévia notificação;

6.5. Caberá a Tesouraria do SAAE realizar a liquidação dos valores debitados, bem como realizar a conciliação bancária e conferência do extrato de débito e demonstrativos de cobrança de cada mês;

6.6. A Tesouraria deverá observar o Decreto Municipal nº 60.340/2023, alterado pelo decreto Municipal nº 60.470/2023 e ainda o Recurso Extraordinário nº 1293453, julgado no Supremo Tribunal Federal, quanto à retenção de Imposto de Renda, e o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 quanto a alíquota correta do objeto contratual firmado e ainda o disposto no Art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ANÁLISE:

7.1. Os autos serão analisados pelo controle interno até a fase de empenho, após sera encaminhado para o setor de contabilidade para análise de conciliação bancária.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADOR:

8.1. São obrigações do CREDENCIADOR:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo TERMO DE CREDENCIAMENTO e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Termo de Credenciamento;

8.4. Notificar a AUTARQUIA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Credenciamento e o cumprimento das obrigações pelo credenciado;

8.6. Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente TERMO DE CREDENCIAMENTO;

8.7. Aplicar ao CREDENCIADO as sanções previstas na lei e neste Termo de Credenciamento;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CREDENCIADO;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Credenciamento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CREDENCIADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida à prorrogação motivada, por igual período;

8.11. A Autarquia não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CREDENCIADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiro sem decorrência de a todo CREDENCIADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.12. Cumprir com todas as obrigações previstas no Termo de Credenciamento, Termo de Referência Nº 061/2024/SAAE e seus anexos;

8.13. Fornecer ao CREDENCIADO todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações do presente termo;

8.14. Garantir que o processo de credenciamento seja conduzido de forma transparente e de acordo com as normas estabelecidas;

8.15. Fornecer ao CREDENCIADO as condições necessárias para sua participação nos eventos ou atividades relacionadas ao credenciamento.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:

9.1. O CREDENCIADO deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Credenciamento e anexos, em especial, àquelas inseridas no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

9.3. Comunicar o CREDENCIADOR, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Termo de Credenciamento ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Credenciador ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

9.6. O CREDENCIADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Termo de Credenciamento para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Termo de Credenciamento;

9.8. Manter durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.9. Cumprir, durante todo o período de execução do Termo de Credenciamento, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitada Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art.116, da Lei n.º 14.133/2021);

9.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do termo de credenciamento, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

9.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Credenciamento;

9.12. Prestar os serviços de acordo com as especificações fornecidas pelo CREDENCIADOR;

9.13. Cumprir com as exigências legais, normativas e regulatórias aplicáveis ao objeto do credenciamento;

9.14. Manter atualizadas suas informações cadastrais junto ao CREDENCIADOR;

9.15. Atender às condições estabelecidas para a participação no processo de credenciamento, incluindo eventuais prazos e documentações solicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO:

10.1. Não haverá exigência de garantia do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CREDENCIADO que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do Termo de Credenciamento;
- b)** Der causa à inexecução parcial do Termo de Credenciamento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do Termo de Credenciamento;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Termo de Credenciamento sem motivo justificado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Termo de Credenciamento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Termo de Credenciamento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas ao CREDENCIADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o CREDENCIADO der causa à inexecução parcial do Termo de Credenciamento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156,§2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e credenciamento, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156,§4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e credenciamento, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade demais grave (art.156,§5º, da Lei nº14.133/2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Credenciamento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art.156, § 9º, da Lei nº14.133/2021);

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art.156,§7º, da Lei nº 14.133/2021);

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133/2021);

11.4.2. Se a multa aplicadas e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CREDENCIADOR ao CREDENCIADO, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art.156,§8º, da Lei nº 14.133/2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CREDENCIADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art.156,§1º, da Lei nº 14.133/2021):

11.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. Os danos que dela provierem para o CREDENCIADOR;

11.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e credenciamentos da Administração Pública que também sejam tipificados com o atos lesivos serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art.159);

11.8. O CREDENCIADO deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade de no Cadastro Nacional de Empresas Inidônea e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº14.133/2021);

11.9. As sanções de impedimento de licitar e credenciamento e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art.163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

12.1. O Termo de Credenciamento se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

12.1.1. O Termo de Credenciamento pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a AUTARQUIA, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Termo de Credenciamento não mais lhe oferece vantagem;

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Termo de Credenciamento, desde que haja a notificação do CREDENCIADO pelo CREDENCIADOR nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

12.1.3. Caso a notificação da não continuidade do Termo de Credenciamento de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção do Termo de Credenciamento ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O Termo de Credenciamento pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Termo de Credenciamento;

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica credenciada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos do Termo de Credenciamento já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do Termo de Credenciamento não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes do presente Termo de Credenciamento correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos do Município de VILHENA – RO do exercício corrente, nas dotações abaixo discriminadas:

13.2. ÓRGÃO SOLICITANTE: SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos Órgão: 15 – Serviço Autônomo de Água e Esgotos Unidade: 15.01 – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos Projeto/Atividade: 2144 – Manutenção das Atividades da Coordenação do SAAE Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Jurídica Desdobramento: 81 – Serviços Bancários Fonte de recursos: 100000 – Recursos Livres;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018(LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste Termo de Credenciamento, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art.6º da LGPD;

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos for à das hipóteses permitida sem Lei;

14.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

14.5. É dever de o CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

14.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente e ventuais pedidos de comprovação formulados;

14.7. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

14.8. Bancos de dados formados a partir do credenciamento, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art.37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

14.8.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.9. O Termo de Credenciamento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

14.10. Os Termos de Credenciamentos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Termos de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

16.1. Registros que não caracterizam alteração do Termo podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art.136 da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao CREDENCIADOR divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal nº7.724/2012;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

17.2. O CREDENCIADO declara para os devidos fins que estão cientes que a íntegra do Termo de Credenciamento, bem como de eventual Termo Aditivo, será publicada no Portal da Transparência do SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena-RO, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e que tais publicações não ferem nenhum dispositivo da Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO:

18.1. As partes deverão observar todas as disposições das regras anticorrupção em vigor no Brasil, em especial, as previsões da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015;

18.1.1. As partes deverão se comprometer também a absterem de praticar qualquer atividade que constituam violação às disposições das normas anticorrupção e das demais disposições referentes à material;

18.1.2. As partes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como por seus sócios, deverão conduzir suas práticas, durante a execução do Termo de Credenciamento, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis;

18.1.3. Para a execução do Termo de Credenciamento, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto do Termo de Credenciamento, ou de forma não relacionada ao mesmo ou direcionar negócios que violem as regras anticorrupção, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma;

18.1.4. Na assinatura do Termo de Credenciamento, as partes deverão declarar que: (a) não violaram, violam ou violarão as regras anticorrupção; (b) têm a ciência de que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida; e (c) declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação;

18.1.5. Qualquer descumprimento das regras de integridade mencionadas acima ensejará a resolução imediata do Termo de Credenciamento, apenas por meio de notificação extrajudicial, sem prejuízo de eventual pagamento de indenização por perdas e danos;

18.1.6. Antes da assinatura do Termo de Credenciamento, o CREDENCIADO deverá conhecer, na íntegra, as disposições contidas no Código de Conduta Ética do Agente Público e da Administração do SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos do Município de Vilhena – RO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO:

19.1. As partes credenciadas elegem o Foro do Município de Vilhena, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Termo, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo é registrado o presente Termo de Credenciamento no livro próprio, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e por duas testemunhas que a tudo assistiram, sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias.

Vilhena (RO), em ____ de _____ de _____

CREDENCIADOR

CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

Visto:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

ANEXO II
DECLARAÇÕES EXIGIDAS NESTE EDITAL

No cadastramento da proposta inicial, o credenciante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Não possui empregado executando trabalho de gradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS**ANEXO III****AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/SAAE/2025**

O SAAE Serviço Autônomo de Águas e Esgotos do Município de Vilhena – RO, através do Decreto Municipal de nº 59.677/23/2024, torna público que realizará **CREDENCIAMENTO Nº 001/SAAE/2025**, na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, que tem como objeto: **CONTRATAÇÕES MEDIANTE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE QUALQUER NATUREZA, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS E/OU PREPOSTOS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 061/2024/SAAE E SEUS ANEXOS.**

Através de processo de CREDENCIAMENTO Nº 001/SAAE/2025, conforme descrições e especificações constantes neste Edital, Termo de Referência e seus anexos, as inscrições começam a ser realizadas a partir **09h00min do dia 25/03/2025, pelo e-mail: (cplsaaevha@gmail.com).**

O Credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, o mesmo ficará aberto a qualquer tempo e o interessado poderá apresentar e entregar a documentação para se credenciar.

Todos os documentos deverão ser escaneados e enviados em cópia perfeitamente legível no formato PDF e em arquivo compactado (.zip ou .rar), exclusivamente para o e-mail: **(cplsaaevha@gmail.com).**

Informações Complementares: Fone.: (69) 3322.5480 e nos portais:

- www.licitanet.com.br/
- <https://vilhena.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/25/licitacoes>
- https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

Publique-se!

Vilhena – RO, 19 de Março de 2025.

Jackeline V.S. Manganaro
Agente de Contratação
Portaria nº 076/2024/SAAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 061/2024/SAAE E SEUS ANEXOS